

Reflexões para transformação das circunstâncias da atividade humana

André Rocha RODRIGUES¹

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento.** São Paulo: Itáu Cultural, 2010.

Podemos afirmar que vivemos momentos em que é possível perceber mudanças e também notar que algumas promessas começam a se materializar, sobretudo no campo das políticas públicas de cultura. Isso é processual e não repentino. É necessário que haja debates e reflexões para que as transformações tomem forma e sentido. Uma amostra destes está no livro *Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*, organizado por Lia Calabre, lançado em 2010.

O livro traz textos que inicialmente foram apresentados na Fundação Casa de Rui Barbosa, entidade que tem realizado anualmente seminários com o objetivo de promover a produção de conhecimento e informação no campo das políticas públicas de cultura e que, com esse lançamento editorial, contribuem de forma significativa para que o Estado alcance este fim.

Mas vamos aos textos que compõem o livro.

A ministra Ana de Hollanda proferiu, no seu discurso de posse, que a criação estará no centro de todas as atenções do ministério. De encontro a essas palavras no livro está o texto de Cássia Navas que apresenta não só uma reflexão de uma artista da dança, mas dos artistas de uma forma geral. O artista transforma a experiência estética em arte no seu íntimo muito antes de vermos o resultado disso. Para que desfrutemos dessa arte, ou seja, para que esse íntimo se torne público é necessário um trabalho particular de ensaios e reflexões. Isso só acontece se houver recursos para construções de salas, tempo para ensaios, etc. Navas chama atenção em especial para a dança e mostra que esse trabalho ainda é feito de forma quase que artesanal, na maioria das vezes familiar. E afirma que o gestor pode interferir e ajudar nesse processo através da gestão, da história e de estratégias, pois grande parte da verba destinada à dança é pública e o que é privado tem origem na renúncia fiscal. Essa verba, afirma Navas, é na maioria das vezes apresentada somente na fase final, nas exibições onde é apresentado ao público, mas também é necessária na

¹ Graduando em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Campus de Araraquara. E-mail: andre_rocharodrigues@hotmail.com

fase inicial, como nas escolas, por meio de bolsas de estudo, para que haja um despertar de vocações.

Ainda sobre as experiências da arte, em outro texto Marta Porto usa o mito de Perseu para falar que a arte e a cultura nos ajudam a olhar para o mundo em que vivemos. Segundo Porto, cultura e arte têm a ver com o imaginário e só pode ser potencializado quando há liberdade. Assim aponta que as políticas públicas devem libertar o sujeito através da experiência estética e por isso essas devem abandonar a visão assistencial de “inclusão”, pois esta mostra um sujeito sem condições de liberar-se da realidade dos fatos para imaginar qualquer coisa que desejar. Arte e cultura, segundo a autora, trazem uma experiência para transformação, ampliação do mundo e, libertando o sujeito, liberta-o para dirigir seu destino.

Enveredando mais para o campo político, Daniele Canedo apresenta a fundamental participação do público na elaboração de políticas públicas de cultura através de conselhos, fóruns deliberativos, organizações sociais. Para pensar uma democracia de participação e não somente de representação. Dessa forma, o diálogo entre governo e sociedade é fortalecido por meio da articulação das instâncias de representação com os mecanismos de participação social em arenas públicas. Canedo afirma que, em 2003, o governo da Bahia não apoiou as iniciativas de escuta pública do Ministério da Cultura, mas em 2006 houve uma renovação e a II Conferência Estadual de Cultura da Bahia apresentou resultados bastante positivos nessa participação que gerou resultados práticos.

Hamilton Faria também se preocupa com a participação da sociedade civil e revela o avanço na construção da cidadania cultural no Brasil mesmo sem o apoio do Estado. Mostra que, juntamente com a iniciativa voluntarista, existem também os Conselhos Municipais de Cultura. Assim Faria trata da experiência de reorganizar Conselho Municipal de Cultura na cidade de São Paulo, indica suas contribuições, limites e caminhos futuros da democracia participativa, pensando em uma cultura de todos e não para todos. Segundo o autor, sem participação não há sociedade criativa.

Pensando na gestão, José Márcio Barros afirma que o gestor cultural deve ir além das práticas do mercado. Segundo ele, o gestor deve refletir sobre a gestão cultural e sua relação com a política pública de cultura, pois essa tem de ser efetiva e permanente. Deve oferecer subsídios e ser articulada com seu campo de abrangência. O gestor, afirma Barros, deve considerar a complexidade da diversidade e pensar, assim como Canedo, no lugar da sociedade civil, no

processo de gestão. Com isso Barros aponta para a formação e o perfil do gestor. Este não deve pensar de maneira comercial, mas pensar na transformação social.

O texto de Afonso Hernández Barba demonstra também a preocupação com a formação de gestores culturais. Barba traz sua experiência como professor no México, onde organizava cursos de capacitação para gestores, sempre sustentado pela noção de cultura advinda da definição de C. Geertz. E afirma que os gestores enfrentam dilemas com soluções não completamente aceitáveis e ou excludentes. Para enfrentar esses dilemas o autor propõe uma formação de gestores culturais em bacharelado apoiada em cinco eixos ligados entre si. São eles: Teoria e pesquisa da gestão cultural, Apreciação das manifestações artísticas e patrimoniais, Domínio das linguagens e das expressões culturais, Sistemas, instituições e políticas culturais e, por terminar, Administração cultural.

Vislumbrando possibilidades, Marta Elena Bravo circunscreve a cultura no contexto da América Latina e mostra a importância de planos em longo prazo. Sua questão de fundo é a “cidadania cultural” e aponta que a busca por essa cidadania é comum entre Brasil e Colômbia. Bravo lista alguns aspectos de destaque, seus antecedentes, conquistas e dificuldades. Nos antecedentes ela apresenta como era anterior ao plano e como foi o processo para consolidação de leis e direitos. Como destaque ela aponta o Plano Nacional de Cultura Colombiana e a criação de campos culturais com a criação e memória, participação e diálogo que deram base/teoria para o Plano, pois afirma que um planejamento cultural requer base teórica, desde planos de cultura, até os fatos políticos culturais. Bravo ainda aponta para um novo plano – 2010-19 e sublinha a importância de pensarmos em construções e propostas de longo prazo.

Um dos desafios das políticas culturais é a construção de indicadores. Frederico Barbosa mostra que estatísticas são necessárias para estabelecer a relação com a economia e outras políticas e que de fato elas contribuem. No entanto, faz a ressalva de que um quadro estatístico não expressa a verdade ou tudo que necessitamos saber; há fragilidades nesses quadros. Por isso um indicador sempre deve vir acompanhado de outros indicadores de modo a servir de diálogo político. Segundo Barbosa, até 1990 esses indicadores eram só utilizados para dimensão econômica. No entanto, a necessidade forçou a revisão e hoje indicadores específicos são indispensáveis para o desenvolvimento cultural. O autor apresenta os conceitos que norteiam os principais indicadores utilizados para “mensurar” o desenvolvimento e aponta seus problemas de aplicabilidade. Após essas observações propõe o Idecult - Indicador de Desenvolvimento da

Economia e da Cultura e desenvolve o conceito e a metodologia utilizados para a elaboração desse indicador visando um índice que dê uma ideia genérica sobre o fenômeno estudado, rápido e objetivo. Contudo salienta o risco de simplificação da realidade. Barbosa afirma que o índice apreende o que se pode denominar de economia de cultura. Entretanto, é enfático em afirmar que o setor de cultura e o consumo não é a cultura e que o indicador proposto permite explorar algumas relações entre cultura e desenvolvimento.

Ainda sobre os indicadores Maurício Siqueira aborda a questão da elaboração e uso de indicadores socioculturais para gestão cultural local e com o desenvolvimento sustentável no horizonte. Siqueira chama atenção para cobrança de indicadores adequados para expressar resultados para uma continuidade de políticas públicas. Mas como os objetivos são complexos na área da cultura é necessário cuidado ao propor métodos para medir a eficácia. Por isso é melhor um sistema de indicadores, assim como propõe Frederico Barbosa, considerando as especificidades locais. Siqueira afirma que as pessoas são os objetivos do desenvolvimento e não os meios de produção. São elas que devem ser tratadas como coparticipantes do desenvolvimento. Por isso é preciso cuidado para formulação de indicadores e, portanto antes é necessário referenciar as políticas públicas, a gestão e o tipo de desenvolvimento que se pretende alcançar.

Cláudia Sousa Leitão, Luciana Lima Guilherme, Luiz Antônio Gouveia de Oliveira e Raquel Viana Gondim afirmam que se faz urgente refletir sobre um novo significado alternativas para o desenvolvimento. As políticas para o desenvolvimento da forma como foram pensadas não se tornaram públicas. Os autores mostram o fracasso do desenvolvimentismo enquanto ideologia e que no final do século XX alguns começaram a repensar esse modelo propondo debates e reflexões. Segundo eles, as Indústrias criativas configuram um tema estratégico para o crescimento e desenvolvimento, mas o obstáculo de poucas verbas e investimentos, nem mesmo públicos dificultam a viabilização. A proposta do programa nordeste criativo é criar estratégias de fomento às indústrias criativas para realizarmos um novo pensamento sobre o nordeste brasileiro.

As mudanças que presenciamos e enunciamos no início só se tornaram possíveis e só continuarão se viabilizando se concomitante às ações tenhamos reflexões teóricas salutares e uma produção de conhecimento que sirva de apoio e referencial para elas. Dessa forma, os seminários anuais e o presente lançamento editorial se apresentam não só relevantes, mas fundamentais para pensarmos e traçarmos políticas públicas de cultura.